



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Estudo Técnico Preliminar

Processo Digital nº 81/2025

1. Introdução

Órgão: Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo	
Unidade Solicitante: UA 34291 - DIVISAO DE ATENDIMENTO DE SAUDE AO SERVIDOR (DASS)	
Responsável pela demanda: Gabriela de Carvalho Assis Goulart	Matrícula: 31288
E-mail: gabrielacarvagoulart@al.sp.gov.br	Telefone: (11) 3886-6510

O presente Estudo Técnico Preliminar tem por finalidade estabelecer diretrizes e fixar características a serem observadas na apresentação das propostas técnicas e na execução do objeto desta contratação, além de estabelecer os principais tópicos em detalhes eventualmente não assinalados, que devem ser executados de acordo com o padrão do objeto em questão.

O Estudo Técnico Preliminar irá evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação e conterá todos os elementos mínimos previstos no §2º do art. 18 da Lei Federal nº 14.133/2021.

No caso de dúvidas relativas a pretendida contratação, os proponentes deverão dirigir-se à Divisão de Atendimento de Saúde ao Servidor na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 3º andar, sala 321, onde as mesmas serão esclarecidas, ou ainda pelo telefone (11) 3886-6510.

Todos os materiais, serviços e suas aplicações devem obedecer ao prescrito pelas normas vigentes para cada caso e ao objeto em particular, cabendo ainda, quando necessário, certificações, podendo ser solicitada à Contratada a apresentação de certificado de conformidade técnica dos materiais empregados à luz das normas vigentes.

As exigências de qualidade serão estendidas também às atividades complementares à execução, não indicadas no Termo de Referência, e que sejam necessárias à perfeita execução do objeto em consonância com as normas e procedimentos ali estabelecidos, não eximindo a eventual Contratada do fornecimento dos serviços com total qualidade.

2. Descrição da necessidade da contratação

Contratação de empresa de prestação de serviços especializados em Segurança e Medicina do Trabalho para elaboração de Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR), de Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), de Laudo de Insalubridade e Periculosidade (LIP) e de Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho (LTCAT), nos termos do Anexo I, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

SGA | DRH | DASS



/ASSEMBLEIASP



WWW.AL.SP.GOV.BR



PABX (11) 3886-6000



AV. PEDRO ÁLVARES CABRAL, 201 - SÃO PAULO - SP - CEP 04097-900 - CNPJ 59.952.259/0001-85



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Justifica-se a contratação considerando que a Divisão de Atendimento de Saúde ao Servidor (DASS) é responsável pelo gerenciamento da documentação de Saúde e Segurança do Trabalho (SST) da Alesp. A contratação dos serviços objetos do presente Estudo Técnico Preliminar garante a continuidade do atendimento de demandas administrativas relacionadas a estas atividades. A necessidade da contratação surgiu pela atualização das normas relativas à SST, sucedendo a documentação prévia (Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA) e se destina a dar continuidade ao atendimento das exigências legais.

A documentação de SST, neste Processo detalhada como o Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR), o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), o Laudo de Insalubridade e Periculosidade (LIP) e o Laudo Técnico das Condições do Ambiente de Trabalho (LTCAT), é uma necessidade legal, prevista nas Normas Regulamentadoras (NR) nº 1 - Disposições Gerais e Gerenciamento de Riscos Ocupacionais, NR nº 7 - Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional, NR nº 15 - Atividades e Operações Insalubres, NR nº 16 - Atividades e Operações Perigosas, e na Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. Ademais, além de atender à legislação, possuir a documentação de SST atualizada é fundamental para dar continuidade das ações de Saúde e Segurança do Trabalho, incluindo a prevenção de acidentes e de doenças ocupacionais.

A escolha de fornecedor único se justifica pela própria Norma Regulamentadora (NR) nº 1 - Disposições Gerais e Gerenciamento de Riscos Ocupacionais, que versa, em seu item 1.5.3.1.3: "O PGR deve contemplar ou estar integrado com planos, programas e outros documentos previstos na legislação de segurança e saúde no trabalho". Ao se escolher um único fornecedor para elaborar os documentos, garante-se que as análises, medições, investigações e entrevistas sejam devidamente integradas no PGR, no PCMSO, no LIP e no LTCAT, visto que a documentação objeto deste Processo é interligada em muitos aspectos. Além disso, ganha-se em economicidade e em eficiência, pois se os documentos forem produzidos por mais de um fornecedor, poderá haver atrasos na entrega decorrentes da integração necessária entre estes. Por fim, a desejável padronização técnica será possibilitada ao se escolher um fornecedor único para a elaboração de toda a documentação objeto do presente Processo.

A contratação em tela não possui Catálogo Eletrônico de Padronização, conforme consulta realizada no Portal Nacional de Compras Públicas.

3. Demonstrativo da previsão da contratação no Plano de Contratações Anual

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados na previsão orçamentária anual da Unidade Requisitante.

A Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo não possui Plano de Contratação Anual em vigor para o ano de 2025.

4. Descrição dos requisitos da contratação

SGA | DRH | DASS



/ASSEMBLEIASP



WWW.AL.SP.GOV.BR



PABX (11) 3886-6000



AV. PEDRO ÁLVARES CABRAL, 201 - SÃO PAULO - SP - CEP 04097-900 - CNPJ 59.952.259/0001-85



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO

A Unidade requisitante analisou a demanda apresentada e identificou os seguintes requisitos básicos:

4.1. Requisitos legais/normativos

Lei Federal nº 14.133/2021 – que estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e abrange:

I - os órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário da União, dos Estados e do Distrito Federal e os órgãos do Poder Legislativo dos Municípios, quando no desempenho de função administrativa;

II - os fundos especiais e as demais entidades controladas direta ou indiretamente pela Administração Pública.

4.2. Requisitos técnicos

Para o atendimento das necessidades elencadas propõe-se que seja realizada licitação na modalidade Pregão do tipo Eletrônico, e que a proposta da licitante contenha todos os requisitos necessários ao atendimento da demanda, acompanhada das especificações dos materiais a serem empregados, quantitativos, forma, condições da execução dos serviços, capacidade técnica da contratada, e demais condições a serem adotadas para a contratação.

O objeto caracteriza-se como serviço comum, ou seja, aquele cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado (Art. 6º, XIII, Lei nº 14.133/2021).

- 4.2.1. A adjudicação deverá ser apenas para um fornecedor, uma vez que este terá que prover todas as condições necessárias para manter o padrão do objeto, a qualidade e as características pretendidas;
- 4.2.2. Os serviços serão executados nas dependências da Contratante, dentro dos padrões e exigências definidos, podendo ser rejeitados no todo ou em parte, devendo a Contratada, em prazo estabelecido, refazer, corrigir ou substituir às suas custas, sem prejuízo da aplicação de penalidades;
- 4.2.3. A prestação dos serviços será de acordo com os procedimentos operacionais a serem adotados pelas partes, constantes no contrato de prestação de serviços da futura contratação;
- 4.2.4. Deverão ser apresentadas as especificações técnicas com a descrição dos materiais e equipamentos a serem utilizados, bem como sua equivalência técnica, devendo ser empregados itens em conformidade com as normas da ABNT e demais normas e critérios de sustentabilidade definidos por legislação própria;
- 4.2.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

SGA | DRH | DASS

/ASSEMBLEIASP

WWW.AL.SP.GOV.BR

PABX (11) 3886-6000

AV. PEDRO ÁLVARES CABRAL, 201 - SÃO PAULO - SP - CEP 04097-900 - CNPJ 59.952.259/0001-85



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO

- 4.2.6. A contratada deverá atender nos normativos técnicos atinentes, em especial a Norma Regulamentadora (NR) nº 1 - Disposições Gerais e Gerenciamento de Riscos Ocupacionais, a NR nº 7 - Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional, a NR nº 15 - Atividades e Operações Insalubres, a NR nº 16 - Atividades e Operações Perigosas, e a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.
- 4.2.7. O prazo de execução dos serviços será de 180 (cento e oitenta) dias a contar da assinatura de termo próprio, podendo ser prorrogado, conforme legislação atinente.

Alinhamento entre a Contratação e o planejamento estratégico

- 4.3. A ação pode ser enquadrada juntamente com a iniciativa estratégica de gerenciamento da documentação de Saúde e Segurança do Trabalho (SST) da Alesp.

Plano de sustentação do contrato

- 4.4. A referida aquisição se dará por meio de contratação de empresa especializada para tal fim, completamente comprovada, por meio da documentação que deverá ser apresentada oportunamente, cuja seleção se dará por meio de Pregão Eletrônico a ser realizado em sítio próprio.

Estratégia da contratação

- 4.5. Natureza do objeto: Os serviços a serem contratados possuem natureza não continuada, com prazo de execução do objeto definido em contrato. Trata-se de entrega de serviços sem que haja uma demanda de caráter permanente. Uma vez finalizada a execução, resolve-se a necessidade que deu azo ao contrato.
- 4.6. Parcelamento do objeto: Os serviços a serem adquiridos neste processo não terão entregas parceladas visto a necessidade de atendimento em momento único.
- 4.7. Adjudicação do objeto: adjudicação por menor preço global.
- 4.8. Tipo de licitação/modalidade: O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de Licitação, na modalidade Pregão, sob a forma Eletrônica, modo de disputa aberto, com adoção do critério de julgamento pelo Menor Preço Global, nos termos do Art. 28, I c/c Art. 40, II e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

Planejamento das atividades de transição e encerramento do contrato vigente

- 4.9. Não haverá necessidade de promover ação de transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas para a continuidade da gestão, uma vez que o objeto a ser contratado envolve procedimentos padronizados, normatizados e amplamente praticados pelas empresas do ramo, sendo, portanto, considerados serviços de natureza comum.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Recursos materiais e humanos necessários à execução do objeto que está sendo contratado

- 4.10. O objeto a ser contratado será fornecido por prestadores da Contratada.
- 4.11. A planilha com a relação dos recursos necessários à execução do objeto encontra-se dimensionada no Documento de Formalização de Demanda e no Termo de Referência.

Garantia do serviço

- 4.12. A reexecução dos serviços, eventualmente necessárias, deverão ocorrer em um prazo de até 30 (trinta) dias corridos.
- 4.13. A referida garantia não se assemelha a assistência técnica significando a inexistência de obrigações futuras.

5. Levantamento de mercado

O objeto da contratação enquadra-se na categoria de bens e serviços comuns cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais no mercado, apresentando vasta gama de empresas que atuam no ramo de Medicina e Segurança Ocupacional.

A última contratação do objeto ocorreu pelo PD nº 595/2014, que gerou o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) de dezembro de 2016, que foi executado satisfatoriamente e cujas formas de medição e de pagamento foram mantidas.

Em 2022, por meio da Portaria SEPRT 6.730, de 09 de março de 2020, o PPRA passou a se chamar Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR), mas seu objeto continua sendo o mesmo, razão pela qual utilizamos como base o PD nº 595/2014.

Outros órgãos públicos contratam o presente objeto como "empresa especializada na prestação de serviços de medicina ocupacional e segurança do trabalho" ou como "documentos técnicos", para a elaboração de cada um dos documentos, ou seja: PCMSO - Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional; PGR - Programa de Gerenciamento de Riscos; LIP - Laudo de Insalubridade e Periculosidade; e LTCAT - Laudo Técnico das Condições do Ambiente de Trabalho. Alguns órgãos contratam também a implantação e coordenação dos programas, no modelo de contrato continuado; o presente objeto engloba apenas a entrega da documentação, visto que a DASS não possui corpo de servidores suficiente e também não possui os equipamentos específicos e calibrados para realizar as medições necessárias aos programas, porém possui servidores aptos a implantá-los e a coordená-los.

Para ilustrar a situação acima, com base nos Termos de Referência dos Processos nº 7037/2025 da Fundação de Saúde Pública do Município de São Gabriel do Oeste - FUNSAÚDE e nº 153/2025 do Município de Trombudo Central - SC, que serviram de parâmetro para a análise de custo-benefício da contratação, observa-se que os órgãos contrataram, em um único item, empresa especializada para a elaboração do PGR, PCMSO, LIP e LTCAT.





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Reitera-se que a execução do objeto por meios próprios (modo direto) não é viável, haja vista ser necessário o emprego de materiais, equipamentos e de mão de obra em número suficiente, dos quais não dispõe esta Casa.

Desse modo, a execução do serviço deverá ocorrer de modo indireto (por terceiros).

6. Descrição da solução como um todo

Contratação de empresa de prestação de serviços especializados em Segurança e Medicina do Trabalho para elaboração de Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR), de Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), de Laudo de Insalubridade e Periculosidade (LIP) e de Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho (LTCAT), conforme especificações (qualitativas e quantitativas) pormenorizadas no Termo de Referência.

É importante que a contratação atinja os resultados pretendidos pela Alesp, sendo necessário obediência às especificações técnicas para concessão do serviço. É imprescindível a descrição detalhada do modo de execução do serviço, a observância do prazo para entrega, a pontualidade e consequente aceitação do objeto, levando-se em consideração a comunicação transparente entre o fornecedor e a contratante, com a maior clareza possível para manter o correto andamento do serviço.

6.1. Especificações técnicas:

Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR): assinado por Engenheiro de Segurança do Trabalho, deve estar de acordo com a NR-1 e conter medição de ruído na Odontologia e em demais setores onde haja suspeita de exposição significativa. Deve conter data de elaboração. Deve conter certificado de calibração dos equipamentos utilizados. Com emissão de ART.

Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO): assinado por Médico do Trabalho, deve estar de acordo com a NR-7 e estar alinhado ao PGR. Deve conter data de elaboração.

Laudo de Insalubridade e Periculosidade (LIP): Periculosidade - regida pela NR nº 16 - Atividades e Operações Perigosas, essa documentação visa avaliar se determinada atividade, local, operação ou função qualifica o trabalhador para o pagamento do adicional de periculosidade no trabalho. Deve ser elaborado por um Engenheiro de Segurança do Trabalho ou Médico do Trabalho. Deve conter: identificação das áreas de risco e localização dos agentes perigosos; identificação das atividades exercidas nos locais de risco; embasamento em normas técnicas e legais das condições de periculosidade. Deve ser elaborado de forma individualizada sem ser anexado a outros laudos. Insalubridade - deve ser elaborado por um Engenheiro de Segurança do Trabalho ou Médico do Trabalho. O documento deve identificar as atividades insalubres e avaliar os riscos à saúde dos



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO

trabalhadores. Deve conter: metodologia de avaliação, descrição do ambiente de trabalho, descrição das atividades do trabalhador, análise das atividades, avaliação do grau de insalubridade, conclusão com os valores quantitativos das análises. Deve ser elaborado de forma individualizada sem ser anexado a outros laudos. Deve conter data de elaboração.

Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho (LTCAT): deve conter quadro de funções, exposição do objetivo e fundamentação legal, conceituação das formas de exposição (contínua, permanente, ocasional, intermitente), metodologia e equipamentos utilizados para agentes físicos, químicos e biológicos, descrição das atividades, descrição do ambiente laboral, identificação dos agentes insalubres, EPI utilizado, e parecer técnico conforme legislação previdenciária, concluindo se caracteriza-se ou não exposição habitual e permanente, para cada tipo de agente. Deve conter certificado de calibração dos equipamentos utilizados. Com emissão de ART se for expedido por Engenheiro de Segurança do Trabalho. O LTCAT deverá ser expedido por Médico do Trabalho ou por Engenheiro de Segurança do Trabalho, após a execução do PGR e do PCMSO.

7. Estimativa das quantidades a serem contratadas

As quantidades foram obtidas a partir da necessidade do serviço.

Item	Descrição	Quantidade
1	Elaboração de Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR), de Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), de Laudo de Insalubridade e Periculosidade (LIP), e de Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho (LTCAT)	1

8. Estimativa do valor da contratação

O preço foi estimado em R\$ 55.790,00 (cinquenta e cinco mil, setecentos e noventa reais) com base nos Processos nº 7037/2025 da Fundação de Saúde Pública do Município de São Gabriel do Oeste – FUNSAÚDE e nº 153/2025 do Município de Trombudo Central - SC, e tem por objetivo servir de parâmetro para análise de custo-benefício da contratação.

Item	Descrição	Quantidade	Valor total
1	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços contínuos de Saúde e Segurança do Trabalho, compreendendo a elaboração e atualização dos programas legais obrigatórios – Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR),	1	R\$ 60.000,00

SGA | DRH | DASS



/ASSEMBLEIASP



WWW.AL.SP.GOV.BR



PABX (11) 3886-6000



AV. PEDRO ÁLVARES CABRAL, 201 - SÃO PAULO - SP - CEP 04097-900 - CNPJ 59.952.259/0001-85



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO

	Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho (LTCAT), Laudo de Insalubridade e Periculosidade (LIP) – além da assessoria técnica continuada e da transmissão das informações obrigatórias ao sistema eSocial, com atendimento às exigências normativas do Ministério do Trabalho e da Receita Federal, para todos os servidores da Prefeitura Municipal de Trombudo Central/SC.		
2	Elaboração de documentos técnicos: PGR (Programa de Gerenciamento de Riscos); PCMSO (Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional); LTCAT (Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho) e LIP (Laudo de Insalubridade e Periculosidade)	1	R\$ 51.580,00

9. Justificativa para o parcelamento ou não da solução

Tendo em vista a natureza do objeto e a previsão de entregas sob demanda em regime de modalidade de licitação Pregão do tipo Eletrônico, de modo a evitar a restrição ao caráter competitivo do certame, os itens solicitados devem ser oferecidos por um único fornecedor, sendo prática comum neste ramo de prestação de serviço.

A centralização da responsabilidade em uma única empresa contratada irá proporcionar melhor acompanhamento de problemas e soluções, com intuito de facilitar ainda a verificação das suas causas e atribuição de responsabilidade, de modo a aumentar o controle sobre a execução do serviço contratado, e, se tratando de termos econômicos, essa centralização favorece a redução dos preços sob a ótica da ampliação da competitividade.

10. Contratações correlatas

Destaca-se que não se faz necessária a realização de contratações correlatas ou interdependentes ao objeto pretendido.

11. Demonstrativo de resultados pretendidos

Dentre os resultados esperados, destacam-se:

- A continuidade das ações de Saúde e Segurança do Trabalho, incluindo a prevenção de acidentes e de doenças ocupacionais;
- O atendimento à legislação em Saúde e Segurança do Trabalho;
- O fortalecimento da base em SST com a disponibilização da documentação para os servidores da DASS;

SGA | DRH | DASS



/ASSEMBLEIASP



WWW.AL.SP.GOV.BR



PABX (11) 3886-6000



AV. PEDRO ÁLVARES CABRAL, 201 - SÃO PAULO - SP - CEP 04097-900 - CNPJ 59.952.259/0001-85



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO

- O atendimento às demandas institucionais em SST, especialmente em relação às empresas contratadas, que utilizam nossas diretrizes como base para a elaboração de seus planos de trabalho;
- A promoção da saúde e segurança para os deputados, servidores e visitantes da Alesp.

12. Providências prévias ao contrato

A Alesp designará servidor para acompanhar a contratada na realização de seus serviços, conforme especificações do Termo de Referência. A fiscalização do contrato se dará por comissão formada por 3 (três) servidores designados pelo gestor da unidade demandante.

13. Impactos ambientais

Os impactos ambientais são qualquer modificação no meio ambiente para realização de alguma atividade e que podem ser auferidos através da contratação e prestação dos serviços de Medicina e Segurança Ocupacional, objeto do presente documento. O fornecimento do serviço deverá estar de acordo com os critérios de sustentabilidade ambiental, previsto no art. 144 da Lei nº 14.133/2021, no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis. A empresa licitante deverá respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos, além de respeitar as legislações vigentes de seu estado/município.

14. Análise de riscos

Risco 1	Falta de capacidade técnica da empresa contratada	
Probabilidade	<input checked="" type="checkbox"/> Baixa <input type="checkbox"/> Média <input type="checkbox"/> Alta	
Impacto	<input type="checkbox"/> Baixo <input type="checkbox"/> Médio <input checked="" type="checkbox"/> Alto	
Dano 1	Entrega incompatível com as especificações do Edital e não atendimento às necessidades da contratação	
Tratamento	<input type="checkbox"/> Evitar <input checked="" type="checkbox"/> Mitigar <input type="checkbox"/> Transferir <input type="checkbox"/> Tolerar	
ID	Ação Preventiva	Responsável
1	Exigir qualificação econômico-financeira da contratada, regularidade fiscal e trabalhista, além de qualificação técnica (Lei nº 14.133/2021).	DASS SGA/CL
ID	Ação de Contingência	Responsável

SGA | DRH | DASS



/ASSEMBLEIASP



WWW.AL.SP.GOV.BR



PABX (11) 3886-6000



AV. PEDRO ÁLVARES CABRAL, 201 - SÃO PAULO - SP - CEP 04097-900 - CNPJ 59.952.259/0001-85



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SÃO PAULO**

1	Convocar o próximo colocado no processo de licitação nas mesmas condições do contrato firmado anteriormente	SGA/CC
---	---	--------

Risco 2	Interrupção da prestação de serviço – Incapacidade de execução total ou parcial dos serviços pela contratada (descumprimento de cláusulas contratuais, falência da empresa contratada e outras formas de suspensão ou cancelamento contratual)	
Probabilidade	<input checked="" type="checkbox"/> Baixa <input type="checkbox"/> Média <input type="checkbox"/> Alta	
Impacto	<input type="checkbox"/> Baixo <input type="checkbox"/> Médio <input checked="" type="checkbox"/> Alto	
Dano 1	Atraso no serviço e comprometimento na qualidade das entregas	
Tratamento	<input type="checkbox"/> Evitar <input checked="" type="checkbox"/> Mitigar <input type="checkbox"/> Transferir <input type="checkbox"/> Tolerar	
ID	Ação Preventiva	Responsável
1	Estabelecer no Planejamento da Contratação sanções e penalidades para os atrasos na entrega dos serviços contratados.	SGA/CL
2	Definir no Planejamento da Contratação indicadores de desempenho para medir a qualidade dos serviços contratados e estabelecer sanções e penalidades para o descumprimento dos Acordos de Nível de Serviço.	DASS
3	Estabelecer no Planejamento da Contratação multas, além de outras punições nos casos de descontinuidade dos serviços.	SGA/CL
ID	Ação de Contingência	Responsável
1	Aplicar sanções e penalidades nos casos de atraso na entrega e/ou descontinuidade dos serviços contratados.	SGA
2	Acompanhar os indicadores de desempenho e sugerir deduções quando a qualidade dos serviços contratados não atender os níveis de serviços exigidos.	DASS

SGA | DRH | DASS



/ASSEMBLEIASP



WWW.AL.SP.GOV.BR



PABX (11) 3886-6000



AV. PEDRO ÁLVARES CABRAL, 201 - SÃO PAULO - SP - CEP 04097-900 - CNPJ 59.952.259/0001-85



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SÃO PAULO**

Risco 3	Níveis de serviço estabelecidos em contrato podem não ser cumpridos	
Probabilidade	<input checked="" type="checkbox"/> Baixa <input type="checkbox"/> Média <input type="checkbox"/> Alta	
Impacto	<input type="checkbox"/> Baixo <input type="checkbox"/> Médio <input checked="" type="checkbox"/> Alto	
Dano 1	Interrupção contratual e dos serviços, comprometimento da qualidade e prazos	
Tratamento	<input type="checkbox"/> Evitar <input checked="" type="checkbox"/> Mitigar <input type="checkbox"/> Transferir <input type="checkbox"/> Tolerar	
ID	Ação Preventiva	Responsável
1	Prever dispositivos contratuais, no Edital, que busquem assegurar os níveis de serviço no caso de interrupções planejadas ou não planejadas.	DASS SGA/CL
2	Fazer constar em contrato o modelo de remuneração vinculada aos níveis de serviço estabelecidos no Termo de Referência, que prevê as deduções cabíveis nos casos de descumprimento de parâmetros mínimos.	SGA/CL
ID	Ação de Contingência	Responsável
1	Fiscalizar o cumprimento dos níveis de serviço estabelecidos, sugerindo aplicação de deduções cabíveis nos casos de descumprimento de parâmetros mínimos.	DASS
2	Aplicar sanções e penalidades nos casos de atraso na entrega e/ou descontinuidade dos serviços contratados.	SGA

Risco 4	Atraso ou suspensão no processo licitatório em face de impugnações	
Probabilidade	<input type="checkbox"/> Baixa <input checked="" type="checkbox"/> Média <input type="checkbox"/> Alta	
Impacto	<input type="checkbox"/> Baixo <input checked="" type="checkbox"/> Médio <input type="checkbox"/> Alto	
Dano 1	Atraso na contratação	
Tratamento	<input type="checkbox"/> Evitar <input checked="" type="checkbox"/> Mitigar <input type="checkbox"/> Transferir <input type="checkbox"/> Tolerar	
ID	Ação Preventiva	Responsável
1	Elaboração do planejamento da contratação consultando soluções similares em outros órgãos.	DASS

SGA | DRH | DASS



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO

2	Definição dos critérios de seleção de fornecedores, no Edital, com respaldo na jurisprudência dos órgãos de controle.	SGA/CL
3	Estrita observância às recomendações da área jurídica do órgão/entidade.	Toda Administração
ID	Ação de Contingência	Responsável
1	Alocação integral da Equipe de Planejamento da Contratação na resposta e mitigação das causas que originaram a suspensão do processo licitatório.	SGA
2	Mitigação e eliminação das causas que obstruem o processo licitatório.	SGA/CL

15. Viabilidade da contratação

Tendo em vista os dados presentes neste Estudo Técnico Preliminar, consideramos que a contratação se mostra viável, uma vez que a proposta atende às necessidades a que se destina.

15.1. Justificativa da viabilidade

O Estudo Técnico Preliminar está de acordo com as necessidades técnicas, operacionais e estratégicas planejadas pela Divisão de Atendimento de Saúde ao Servidor. Buscou-se o atendimento mais coerente com as normas do ordenamento jurídico em vigor e às demandas apresentadas. Trata-se, portanto, de uma contratação que visa primar pela eficiência e eficácia na contratação, mitigando os riscos, devidamente administráveis, além dos custos-benefícios alinhados com a economicidade necessária para qualquer contratação desta Casa.

Unidade Requisitante	De acordo
Gabriela de Carvalho Assis Goulart Analista Legislativo Divisão de Atendimento de Saúde ao Servidor Matrícula 31.288	William Portik de Assis Gestor de Divisão Divisão de Atendimento de Saúde ao Servidor Matrícula 23.893

SGA | DRH | DASS



/ASSEMBLEIASP



WWW.AL.SP.GOV.BR



PABX (11) 3886-6000



AV. PEDRO ÁLVARES CABRAL, 201 - SÃO PAULO - SP - CEP 04097-900 - CNPJ 59.952.259/0001-85



Assinado por : GABRIELA DE CARVALHO ASSIS GOULART:01442126175

Data assinatura :02/10/2025 11:41:20

Assinado por : WILLIAM PORTIK DE ASSIS:33807921877

Data assinatura :02/10/2025 13:46:11

Assinado por : ROSANA LIMA CAMPOS:07257923884

Data assinatura :02/10/2025 19:21:20